

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORIENTAÇÃO EXTERNA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 90¹

Christiane Luci Bezerra Alves²
Ivan Moreira Targino³

Resumo: a indústria brasileira nos anos 90 sofre os reflexos do ambiente macroeconômico e das reformas estruturais implementadas no Brasil; entre estas, destaca-se a rápida e profunda abertura comercial. Dada a magnitude e característica do processo brasileiro, este trabalho tem como objetivo identificar a existência de mudanças estruturais na orientação externa da indústria brasileira. Na composição das importações identifica-se nova mudança estrutural, a partir do peso dos setores intensivos em tecnologia, por um lado, e de bens de capital, por outro. Na estrutura de exportações, os setores intensivos em recursos naturais permanecem como dominantes, o que revela uma “fragilidade competitiva na indústria nacional”, que permanece extremamente dependente de bens baseados na agroindústria e em recursos naturais, de baixo valor agregado, com menor conteúdo tecnológico, mais dependente do mercado internacional de *commodities*.

Palavras-chave: Abertura comercial; indústria nacional; mudanças estruturais.

Classificação JEL:F13, F14, F41

Considerations on the foreign orientation of the Brazilian industry in the 90' s

Abstract: *the Brazilian industry in the 90's was affected by both the macroeconomic environment and some national structural reforms such as the rapid and profound commercial openness. Given the magnitude and specificity of this openness, the present work aims at identifying the existence of structural changes toward a foreign orientation of the Brazilian industry. As for the imports, a structural change is identified departing from the technologically-heavy sector, on the one hand, and the capital goods sector, on the other. As for the exports, the sectors that depend strongly on natural resources are still predominant, fact that reveals a – competitive fragility of the national industry- which continues to be extremely dependent on the agroindustry assets and natural resources. These resources are characterized by low-added value and low technological demand, what makes the national industry more dependent on the international commodities market.*

Key words: *Commercial openness; national industry; structural changes*

JEL classification: *F13, F14, F41*

¹ Recebido em 27/09/2005. Liberado para publicação em 13/06/2006.

² Universidade Regional do Cariri – URCA/CE. E-mail: chrisluci@bol.com.br.

³ Universidade Federal da Paraíba

Introdução

A economia brasileira, na década de 90, passa amplas mudanças estruturais, que determinam um ponto de inflexão na trajetória da história econômica do país. É implementado um conjunto de reformas, chamadas de primeira geração, que inclui as aberturas comercial e financeira, a estabilização de preços, a desregulamentação da economia e as privatizações, as quais vão ter profundos reflexos na indústria nacional.

Nesse cenário de transformações, destaca-se o processo de abertura comercial brasileiro, o qual chama atenção pela forma abrupta e não pelo conteúdo da reforma, pela implementação e pelo ritmo e não por sua concepção, que com certeza provocaram alterações rápidas e muito profundas nas características estruturais (composição do produto e inserção externa da indústria), em variáveis de comportamento econômico (como níveis de investimento) e em variáveis de resultado (como a produtividade) da indústria brasileira.

Tendo, portanto, como *‘pano de fundo’* o conjunto dessas alterações estruturais, particularmente o processo de abertura comercial, este artigo tem como objetivo identificar a existência de mudanças estruturais na orientação externa da indústria brasileira nos anos 90. Para isso, o mesmo encontra-se dividido em quatro seções, além desta introdução. Na seção 2, são descritas as características do processo brasileiro de abertura, considerando as mudanças ocorridas nas últimas décadas nos cenários internacional e nacional. Na seção 3, investiga-se o comportamento do setor externo brasileiro diante do ambiente de abertura comercial; na seção 4, são feitas as considerações finais deste trabalho; por fim, apresenta-se na seção 5 a bibliografia consultada.

1. O processo brasileiro de abertura econômica

1.1 Evolução da política comercial no Brasil

1.1.1 *As mudanças no ambiente econômico*

As transformações ocorridas na década de 90 indicam uma total ruptura com a orientação anterior da economia brasileira, marcada por forte atuação do Estado como condutor do processo de desenvolvimento econômico e pelo elevado grau de proteção da economia doméstica frente à concorrência internacional.

O processo brasileiro de industrialização, entre metade dos anos 50 e o final dos anos 70, encontrava-se fundamentado no modelo de substituição de importações, tendo sustentação no tripé Estado-capital privado nacional-capital estrangeiro.

O Estado, além de suas funções básicas de provisão de bens e serviços públicos e das funções de natureza fiscal e monetária, participou da consolidação e do financiamento de uma forte e diversificada estrutura industrial, atuando através da intervenção direta e da criação de condições para a participação dos capitais nacional e estrangeiro. Portanto, atuou, principalmente, na definição e financiamento de grandes blocos de investimento, da produção direta de insumos e do provimento de infra-

estrutura, fundamentais para a consolidação dos diferentes estágios da pirâmide industrial brasileira (SERRA, 1982, p.115; CASSIOLATO, 2001, p.01).

Como resultado da estratégia implementada, a economia brasileira apresenta extraordinária transformação nas décadas que sucedem o final da segunda guerra mundial. Observa-se uma economia com elevado grau de diversificação da estrutura produtiva, elevadas taxas de crescimento, forte integração intersetorial e diversificada pauta de exportações.

No início da década de 80, observa-se uma ruptura na trajetória de crescimento da economia nacional, a partir do esgotamento do processo de substituição de importações. Ao mesmo tempo, são impostos novos desafios no âmbito mundial, verificados no aumento da concorrência internacional, na intensificação das mudanças tecnológico-organizacionais e nas conseqüentes transformações do setor industrial (IEDI, 1998, p.03).

A deterioração das condições de financiamento externo, iniciada com a crise capitalista mundial dos anos 70 e referendada pela crise da dívida dos países em desenvolvimento no início dos anos 80, passa a determinar um quadro de constrangimento financeiro que impõe a necessidade de reorientação da estratégia de desenvolvimento nacional. A restrição externa, portanto, volta a se constituir em elemento determinante do ajuste interno a que se submete a economia brasileira, fundamentado num conjunto de políticas fiscal-monetária-salarial de cunho eminentemente ortodoxo.

Como resultado, configura-se um cenário de estagnação econômica, forte retração nas taxas de investimento, aceleração inflacionária, desestruturação do setor público e agravamento dos indicadores sociais.

Diante do quadro de instabilidade macroeconômica, da grave crise cambial e das poucas possibilidades de expansão do mercado interno, torna-se imperativa uma política de comércio exterior voltada para a geração de superávits comerciais. Assim, a necessidade de controle das contas do governo e a deterioração das condições de financiamento externo são o 'pano de fundo' para a adoção de uma política comercial de forte repressão às importações, de câmbio desvalorizado e de promoção das exportações (CASSIOLATO, 2001, p.05).

A crise econômica da década de 80, particularmente a instabilidade das principais variáveis macroeconômicas e a deterioração da capacidade de financiamento do setor público, portanto, é responsável pela desagregação dos principais instrumentos das políticas de incentivos fiscais e industrial e das políticas setoriais, de forma geral.

Apesar de se identificar, entre 1985-87, uma tentativa de sistematização de estratégia para o desenvolvimento industrial (Nova Política Industrial), a mesma esbarra nos determinantes macroeconômicos e nas restrições de ordem fiscal. Conforme enfatizado por Kupfer (1998), o baixo investimento em capacidade produtiva e inovativa aumenta as defasagens tecnológicas e gerenciais. Assim, diante da ausência de uma estratégia global de desenvolvimento industrial e tecnológico, a indústria do final dos anos 80 é marcada pelo aumento do hiato tecnológico e gerencial, baixa produtividade, produtos defasados e escalas pouco competitivas (LACERDA, 1999, p.100).

Esse quadro novamente impõe a necessidade de revisão do modelo econômico vigente. Os anos 90 vão consolidar um projeto de modernização de orientação

neoliberal, baseado nos princípios de ajuste fiscal, redução do tamanho do Estado e reformas comercial e financeira.

Na primeira metade da década, persiste o problema inflacionário após novas tentativas frustradas de estabilização (Planos Collor I e II) e agrava-se sensivelmente a crise econômica com a implantação de forte ajuste recessivo.

Mesmo diante do quadro de instabilidade macroeconômica, prepara-se terreno para a transição institucional com a implementação das aberturas comercial e financeira e das privatizações. As reformas de primeira geração são aprofundadas com a estabilização monetária na segunda metade dos anos 90, pós Plano Real, quando muda significativamente a concepção das políticas de longo prazo no Brasil.

Dentre as mudanças estruturais implementadas no início dos anos 90, destaca-se o rápido e profundo processo de abertura comercial, o qual será objeto dessa análise.

1.1.2 A política comercial anterior aos anos 90

Até 1988, a economia brasileira era caracterizada por um forte viés protecionista que a mantém largamente protegida da concorrência internacional. A proteção da indústria doméstica faz parte da estratégia de desenvolvimento que se orienta por uma política de substituição de importações. A estrutura da política comercial envolvia, até então, uma série de restrições não-tarifárias⁴ sobre grande parte da pauta de importações, tarifas redundantes em toda cadeia produtiva, regimes especiais de importação (permitindo isenção ou redução de alíquotas), além de tarifas média e modal elevadas, com significativa dispersão entre as tarifas⁵.

A utilização desses instrumentos estava condicionada pelas necessidades de implementação da política industrial, dentro da política de desenvolvimento nacional ou, nos períodos de crise da economia brasileira, pela manutenção do equilíbrio interno. Exemplo disso, são as elevadas tarifas e barreiras não-tarifárias da 2ª metade da década de 70. A necessidade de resposta ao 1º choque do petróleo e de controle do surto de importações especulativas, verificado em 1974/75, além do objetivo implícito de aprofundamento da substituição de importações, com a implementação do II PND, determinam, portanto, a condução da política comercial nesse período. Nesse sentido, “foram instituídos o Anexo C⁶, estabelecidos depósitos prévios para as importações, impostas restrições à concessão de reduções tarifárias para programas de investimento industrial e tornados mais rigorosos os exames de similar nacional” (PINHEIRO; ALMEIDA, 1994, p.2).

Tal lógica da política comercial é reeditada no início dos anos 80, fruto da necessidade de resposta à crise cambial e de ajuste do balanço de pagamentos através da

⁴ Diversos instrumentos de proteção tarifária foram implementados no Brasil, onde se destacam os licenciamentos de importações, taxação de produtos com similar nacional, lista de produtos com importação suspensa ou proibida (lista CACEX, anexo 30), necessidade de financiamento externo para importações, programa de importações por empresas.

⁵ Destaque nesse período para a reforma de 1957, que unifica a taxa de câmbio e implanta uma nova estrutura tarifária, introduzindo a tarifa ‘ad valorem’ e ativando a Lei do Similar Nacional, entre outros (PINHEIRO; ALMEIDA, 1994).

⁶ Lista de aproximadamente 1000 itens cuja importação estava suspensa.

balança comercial, objetivos que passam a subordinar a condução dessa política entre 1981 e 1987. Enfatiza-se, nesse último caso, a falta de objetivos claros em relação à política industrial, onde se utilizam, como principal instrumento de proteção à indústria, as elevadas tarifas nominais, o aumento das restrições quantitativas (aumento do número de produtos com importação proibida) e os controles administrativos sobre as importações (necessidade de financiamento externo das importações e programas de importação por empresa).

No final dos anos 80, particularmente a partir da reforma tributária de maio de 1988, observa-se uma gradual ruptura com a orientação protecionista então prevalecente. Entre os principais objetivos da reforma estava o de reduzir a redundância tarifária⁷. Devido o elevado grau de isenções e reduções tarifárias para determinados produtos, a maior parte das tarifas legais não correspondia às tarifas efetivas; a reforma, portanto, deveria minimizar essas diferenças.

O que se observa a partir desse momento é o esforço em direção à simplificação da estrutura tarifária, eliminação de vários regimes especiais de importação⁸ e redução no grau de proteção tarifária, com diminuição das tarifas média e modal e da amplitude. O processo de redução de tarifas prossegue a partir de novas reduções no ano de 1999. A tarifa média de importação, que entre 1985-87 ficava em torno de 51%, cai em 1988 para 41% e em 1989 para 35,5% (AZEVEDO; PORTUGAL, 1998, p.02).

Apesar de se reconhecer o biênio 1988-89 como marco da tendência de liberalização comercial no Brasil, conforme ressalta Correa (1996, p.61) são mantidas diversas modalidades de barreiras não tarifárias, verificadas na dependência de autorização especial prévia para importação de alguns produtos (como informática e microeletrônica), “exclusão de bens de capital importados da concessão de créditos oficiais ao investimento”, necessidade de apresentação, por parte das empresas, de programa anual de importação a ser negociado pela CACEX e manutenção do ANEXO C. Além disso, parcela significativa da redundância tarifária permanece na estrutura comercial, pois de acordo com Kume (1989), apesar da queda da tarifa legal, a mesma permanece superior à tarifa implícita.

1.1.3 A política comercial na década de 90: aprofundamento e consolidação da abertura

No início dos anos 90, o Governo Collor anuncia a Nova Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), cujo objetivo era a busca de maior competitividade dos produtos brasileiros, via aumento de produtividade, incorporação de novas tecnologias e

⁷ É importante enfatizar que a estrutura tarifária brasileira esteve baseada nas alíquotas estabelecidas pela reforma tributária de 1957, permanecendo assim até as reformas do final dos anos 80.

⁸ Exceção dos vinculados ao drawback (importações para produção destinada às exportações), desenvolvimento regional, incentivo às exportações, Governo, Befiex (projetos de investimento no qual parte da produção futura fica destinada obrigatoriamente às exportações por um determinado período) e acordos internacionais (AVERBUG, 1999; MOREIRA;CORREIA, 1996).

facilidade de acesso a insumos e bens de capital com preço mais favorável no mercado internacional (resultantes da maior exposição da economia à concorrência externa).

Nessa perspectiva, aprofunda-se o processo de abertura comercial, através de fortes mudanças no regime de importações. Continua sendo eliminada a maior parte das barreiras não-tarifárias. Além disso, estabelece-se um cronograma de redução gradual e uniformização de tarifas, anunciado em janeiro de 1990, com vigência até o ano de 1994 (conforme Tabela 1); destaque para a redução preferencial das tarifas de importação entre os membros do MERCOSUL, com instituição da Tarifa Externa Comum (TEC) para 1995⁹.

Tabela 1 – Brasil - Cronograma de redução tarifária - 1990-94 (em %)

	1990	15/2/1991	1/1/1992	1/1/1993	1/1/1994
Tarifa Modal	40	20	20	20	20
Tarifa Média	32,2	25,3	21,2	17,1	14,2
Desvio Padrão	19,6	17,4	14,2	10,7	7,9

Fonte: Correa (1996).

Adicionalmente, é abolida a maior parte dos regimes especiais de importação¹⁰, com exceção do “sistema drawback, dos mecanismos da Zona Franca de Manaus, para importações efetuadas sob acordo internacional (Aladi e Gatt) e outros de menor importância” (PINHEIRO; ALMEIDA, 1994, p.3).

De forma geral, a nova estrutura tarifária envolveria tarifas que variavam de zero a 40%, levando em consideração a existência de produção doméstica, grau de competitividade e estrutura tarifária vigente, estando de acordo com a seguinte configuração (AZEVEDO; PORTUGAL, 1999, p. 18):

- (i) tarifa zero: produtos com vantagem comparativa natural, produtos com proteção natural (elevados custos de transporte), produtos sem produção doméstica e *commodities* com baixo valor agregado;
- (ii) tarifa de 5%: produtos que já estavam com esse nível tarifário em 1990;
- (iii) tarifas de 10-15%: produtos que utilizam insumos de tarifa zero;
- (iv) tarifa de 20%: manufaturados em geral;
- (v) tarifa de 30%: química fina, trigo descascado, carne, biscoitos, massas alimentícias, aparelhos de tv, videocassetes e equipamentos de som;
- (vi) tarifa de 35%: automóveis, caminhões e motos;
- (vii) tarifa de 40%: produtos de informática.

⁹ O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é constituído em março de 1991. Institui-se a TEC, composta de sete faixas variando de 0% a 20% (os produtos com taxa superior a esse limite deveriam ter sua alíquota enquadrada no mesmo), abrangendo todos os itens da pauta de comércio exterior, com exceção de bens de capital, equipamentos de computadores e automóveis (PINHEIRO; MOREIRA, 2000).

¹⁰ “De um patamar de 75,8% em 1985, a incidência dos regimes especiais sobre as importações totais reduziu-se para 50,4% em 1991, após as mudanças introduzidas pelo novo governo” (AZEVEDO; PORTUGAL, 1998, p.5).

Entre as novas medidas implementadas pelo Governo Collor, destacam-se: isenções ou reduções de tarifas para importações com produção similar nacional, redução do índice de nacionalização exigido para acesso a crédito oficial, redução de controles administrativos, extinção de lista de mais de mil itens suspensos de importação (através da portaria 56 de 15.03.90 – Anexo C¹¹), fim da exigência de financiamento externo para importação de bens de capital (Resolução 1749 de 13.09.90) ou de valor elevado (Portaria 365 de 26.06.90) – acima de US\$ 200 mil (CORREA, 1996, p.62-63).

Ainda no Governo Collor, como parte da Política Ativa de Comércio Exterior, ressalta-se a antecipação do cronograma de redução tarifária em fevereiro de 1992, conforme evidencia a Tabela 2.

Tabela 2 – Brasil - Tarifas de importação previstas e observadas, 1991-95 (em %)

Tarifas	1991	1992	1993	1994	1995
Previstas	32,2	25,3	21,2	17,1	14,2
Observadas	32,2	25,3	14,2	11,2	13,9

Fonte: Boletim de Conjuntura - IE/UFRJ (1996).

As tarifas com vigência programada para 01/01/93 e 01/01/94 são antecipadas para 01/10/92 e 01/07/93. Além disso, a queda das tarifas é mais acentuada do que a programada.

A partir de março de 94, com a implementação do Plano Real, a eliminação de restrições às importações passa a fazer parte da estratégia de estabilização. O objetivo é aumentar a oferta doméstica de bens comercializáveis como forma de disciplinar os preços domésticos. O aprofundamento da abertura também tem por objetivo provocar um choque de competitividade ao romper posições de monopólio dentro da economia brasileira. Em setembro de 1994, diversas alíquotas de produtos com elevado peso nos índices de preços são reduzidas e antecipa-se a implementação da TEC, prevista para 95¹².

De acordo com Kume (1996, p.01):

“A liberalização das importações atingiu o ápice em setembro de 1994, quando ocorreu uma conjugação de três fatores: a sobrevalorização do real frente ao dólar provocada pela entrada de capitais externos, a antecipação em três meses da tarifa externa comum do Mercosul (...) e as reduções tarifárias efetuadas para pressionar os preços domésticos”.

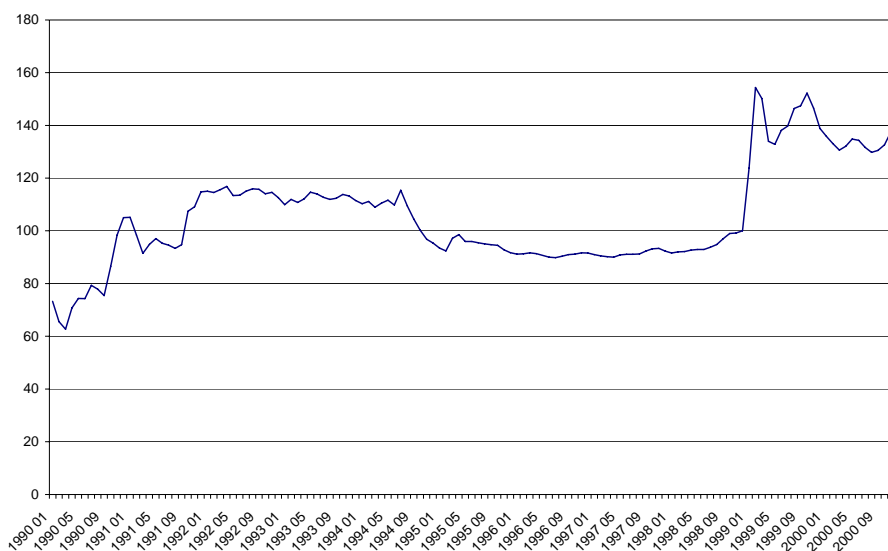
Com relação à taxa de câmbio, notar que entre meados de 90 e início de 92, aumenta a taxa de câmbio efetiva, correspondendo à desvalorização real da moeda

¹¹ A portaria 56 também elimina a necessidade de apresentação de programa de importação por parte das empresas a fim de obterem guias de importação acima de determinados valores e a autorização prévia de determinados órgãos federais para importação de diversos produtos.

¹² Observar que como resultado da política implementada, verifica-se o surgimento de déficits comerciais entre novembro e dezembro de 94, pela 1ª vez desde janeiro de 87 (ver capítulo 4).

nacional (Gráfico 1). Mas a partir de 92, influenciada pela forte entrada de capitais externos na 1ª metade da década, essa tendência se inverte, ocorrendo um processo de apreciação cambial (queda da taxa efetiva de câmbio).

Gráfico 1 - Brasil
Taxa de câmbio efetiva real - Jan/90 - Dez/2000



Fonte: <http://www.ipeadata.com.br/>

No início de 95, observa-se uma mudança na orientação da política econômica, com reflexos sobre a política de importações, determinada pelo desequilíbrio nas contas externas, pós-apreciação cambial, pela dificuldade de financiamento externo dos déficits comerciais, a partir da crise do México (que determina a fuga de capitais externos dos países emergentes) e pela elevação das taxas de juros internacionais. Destaca-se, ainda, a crescente pressão em favor de proteção por parte de setores prejudicados pela política de abertura.

Evidencia-se, portanto, um recuo na política de liberalização, passando o governo a impor limites a sua própria política de importações. Como estratégia implementada está a elevação das tarifas de inúmeros produtos, que passam a ser incluídos na lista de exceção da TEC, principalmente os relativos a bens de consumo duráveis (como automóveis, tratores e caminhões). Adicionalmente, utilizam-se restrições não-tarifárias como a imposição de quotas de importação (no caso do setor têxtil, por exemplo).

O segundo semestre de 96 caracteriza a volta da atitude mais liberal frente ao comércio externo, motivada pela melhora na conjuntura internacional e retomada dos

fluxos de capitais externos. Além disso, o país se vê diante da necessidade de honrar acordos internacionais, como Mercosul e OMC. Apesar da flexibilidade na condução da política tarifária em 1996, as crises asiática (1997) e da Rússia (1998) impedem a prática de uma política liberal mais intensiva nos moldes da implementada na 1ª metade da década de 90.

Novamente impõe-se a dificuldade de financiamento dos déficits em conta corrente via entrada de capitais externos e, como destacam Azevedo e Portugal (1999, p.23), dada a manutenção da política cambial, a alternativa está nas restrições às importações. A tabela 3 mostra como a alíquota nominal média aumenta praticamente em todos os setores, entre 1996-98. Além disso, eleva-se a TEC em 3% em novembro de 1997. Observar que o setor de bens de consumo duráveis apresentou, nestes anos, a maior proteção e que o setor de bens de capital teve aumento significativo na sua proteção tarifária.

Além da elevação das alíquotas, instrumentos não-tarifários foram utilizados como forma de proteção do mercado interno, como exigência de controle sanitário e fitossanitário, principalmente, para produtos agrícolas e da área de saúde; exigência de certificado de qualidade para diversos setores (como o caso do setor de brinquedos e de equipamentos elétricos); exigência de documentos e capital mínimo para o registro de empresas importadoras, entre outras. Adicionalmente, o governo passou a utilizar mecanismos de defesa comercial como: medidas antidumping, compensatórias (ou anti-subsídios) e de salvaguardas (RESENDE, p.39-40, 2000).

**Tabela 3 – Brasil - Alíquota nominal média de importações
1996-98 (em %)**

Destinação Econômica	1996	1997	1998
Matérias Primas e Produtos Intermediários	8,97	9,41	12,45
Bens de Capital	11,97	11,16	16,22
Bens de Consumo	24,55	25,93	26,67
- Duráveis	35,39	37,05	36,78
- Não-duráveis	15,03	14,49	17,02
Equipamentos de Transportes	18,99	19,38	20,60
Combustíveis e Lubrificantes	11,44	9,06	9,59
Material de Construção	12,19	13,95	17,43
Total	13,60	13,80	16,74

Fonte: Azevedo; Portugal (1999).

Porém, mesmo diante do recrudescimento da política comercial no final da década, os anos 90 são marcados pelo forte e rápido processo de liberalização comercial. Diante desse cenário, o desempenho e evolução da indústria passam a ser condicionados pelo ambiente macroeconômico e pelas mudanças no quadro

institucional. O processo de ajuste da orientação externa da indústria passa a ser investigado na seção que se segue.

2. Orientação externa da indústria

2.1 Evolução da balança comercial

Entre as conseqüências mais evidentes do processo de liberalização comercial está a drástica reversão do saldo da balança comercial. Nos anos 80, a balança comercial era superavitária e o melhor desempenho da economia brasileira na economia mundial associava-se, fundamentalmente, ao desempenho das exportações.

O saldo comercial sente os efeitos da política de abertura já nos primeiros anos da década de 90. Entre 1990 e 1992, mesmo diante da retração no nível de atividade econômica e da desvalorização real da moeda, verifica-se o crescimento do volume importado. Ainda nesse período, acentua-se o processo de abertura com a antecipação do cronograma de redução tarifária, eliminação de barreiras não tarifárias, e acentuada queda nas tarifas de importação, continuando, portanto, o processo de crescimento do volume importado.

Porém, é a partir da implementação do Plano Real, em 1994, que o quadro comercial agrava-se fortemente (Tabela 4). As importações, que já vinham apresentando tendência ascendente, saltam de forma significativa e a economia passa a apresentar déficit comercial, pela primeira vez desde janeiro de 1987. O saldo da balança comercial passa de US\$ 10,3 bilhões, em 1994, para US\$ 3,5 bilhões negativos em 1995, continuando a ascender até 1997. Nesse momento, passam a se conjugar: a recuperação do nível de atividade econômica, a valorização real da taxa de câmbio, a redução das tarifas, como forma de disciplinar os preços domésticos e a antecipação da implantação da TEC do Mercosul (de jan/95 para set/94).

Adicionalmente, Azevedo e Portugal (1999, p. 9-10) destacam o aumento substancial do financiamento externo para as importações, associado: à retomada de empréstimos e financiamentos a partir da grande liquidez internacional, à significativa elevação das taxas de juros domésticas frente às taxas internacionais, aos processos de renegociação da dívida externa e à estabilização monetária.

É importante observar que a combinação abertura comercial e estrutura do programa de estabilização, câmbio valorizado e política monetária restritiva, com elevação significativa da taxa de juros, mostra-se extremamente desfavorável às exportações, servindo também, de estímulo às importações. O câmbio sobrevalorizado aumenta o custo de exportação, restringindo a rentabilidade das exportações e, conseqüentemente, a competitividade das empresas (RESENDE, 2000, p.12-13). Além disso, a valorização cambial incentiva a captação de recursos financeiros externos, inclusive para o financiamento das importações. De maneira geral, a taxa de juros afeta a competitividade externa e o crescimento interno, dificultando a implementação de estratégias de investimento. Adicionalmente, determina “uma desvalorização dos ativos denominados em moeda nacional” (IEDI, 1998, p.10).

Tabela 4 – Brasil - Evolução dos fluxos de comércio e dos índices de quantum e de preço das importações e exportações – 1990-2000

Discriminação	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Exportações	31.414	31.620	35.793	38.555	43.545	46.506
Ind. Quantum	72,6	74,5	87,2	101,6	103,7	97,4
Ind. Preço	90,6	88,9	86	79,5	88	100
Importações	20.661	21.041	20.554	25.256	33.079	49.970
Ind. Quantum	31	34,1	35,1	47,1	63,7	94,1
Ind. Preço	124,9	115,8	109,9	110,4	97,3	99,5
Saldo comercial	10.753	10.579	15.239	13.299	10.466	-3.464

Discriminação	1996	1997	1998	1999	2000
Exportações	47.747	52.986	51.120	48.011	55.086
Ind. Quantum	100	110,2	114	122,8	136,4
Ind. Preço	100	100,7	93,9	81,9	84,6
Importações	53.286	59.842	57.714	49.210	55.783
Ind. Quantum	100	118,2	120,4	102,1	115,4
Ind. Preço	100	94,9	89,9	90,4	90,6
Saldo comercial	-5.539	-6.856	-6.594	-1.199	-697

Fonte: <[http:// www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>

Essa estratégia de política econômica também aumenta sobremaneira a dependência em relação ao capital estrangeiro, afetando, principalmente, os setores com dificuldades de acesso aos canais de financiamento externo ou condições especiais do governo.

Observar que o ritmo de crescimento das exportações é afetado, ainda, pela crise asiática de 1997. Mesmo diante do fraco desempenho das exportações, em 1998 evidencia-se a redução do déficit comercial, já que há queda no total de importações. Em 1999, apesar da forte desvalorização do Real¹³, não se observa a melhoria do saldo comercial na magnitude esperada, isso porque a queda no quantum importado é parcialmente compensada pelo aumento nos preços.

Em nível geral, no período de 1990 a 2000, as importações crescem em torno de 170%. Considerando os anos de 1991 a 1997, quando as mesmas crescem ininterruptamente, bastante influenciadas pela sobrevalorização cambial observada entre 1993 e 1998, o crescimento das importações fica em torno de expressivos 19% a.a. Apesar de queda nos anos de 1998 e 1999, as importações voltam a subir em 2000 e na década como um todo, as importações crescem a taxas anuais de 10,4%.

Observar que durante a década de 90, os preços de importação caem de forma quase ininterrupta (queda de 3,16% a.a., entre 1990 e 2000). Porém o crescimento do

¹³ Em janeiro de 1999, após a crise da Rússia e a conseqüente deterioração dos mercados internacionais, o governo decide flutuar a taxa de câmbio, produzindo forte desvalorização cambial.

quantum importado é muito significativo (em torno de 14% a.a.) e supera sobremaneira a retração dos preços. Quanto às exportações, seus aumentos podem ser considerados pouco significativos se comparados às importações. Entre 1990 e 2000, as mesmas crescem em torno de 75% (contra os 170% das importações) e apresentam taxas de crescimento ao ano de 5,8%. As exportações, portanto, aumentam, mas a taxas insuficientes para reverter os déficits comerciais.

O comportamento do quantum exportado envolve crescimento, entre 1990 e 1994, relativa estabilidade, entre 1994 e 1996 e posterior elevação, a partir de 1997. Na década como um todo, cresce 87,9%. Porém, as exportações são, de maneira geral, prejudicadas pela evolução desfavorável dos preços, que caem na maior parte da década, apresentando perdas em torno de 6,6%.

2.2 Evolução das importações e exportações industriais

A fim de identificar mudanças no padrão de comércio da indústria nos anos 90, as importações e exportações dos diferentes setores foram agrupadas segundo a intensidade de fator. A análise da estrutura de importações mostra uma mudança entre os setores dominantes nessa estrutura, vista a partir da comparação dos anos de 1990 e 2000 (Tabela 5).

Tabela 5 – Brasil – Valor das importações segundo grupo de intensidade de fatores –1990-2000 (em US\$ milhões)

Grupo	1990		2000		Tx. crescimento
	Valor	%	Valor	%	%
Int. em Capital	8.878,80	44	18.558,60	33,8	7,7
Int. em Tecnologia	6.731,10	33,4	26.019,60	47,4	14,5
Int. em Mão-de-obra	1.516,90	7,5	3.772,70	6,9	9,5
Int. em Rec. Naturais	2.538,10	12,6	5.969,70	10,9	8,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da FUNCEX

Enquanto em 1990 os setores de maior peso na indústria eram os intensivos em capital, em 2000 a maior participação no total da indústria cabe aos setores intensivos em tecnologia (44,4% contra 33,8% dos setores intensivos em capital). O valor das importações nesse grupo cresce em média 14,5 % a.a..

Em linhas gerais, evolução da estrutura de importações aponta para o sensível ganho de participação de indústrias de maior conteúdo tecnológico, geradoras e difusoras de progresso técnico. Nessa perspectiva, é importante lembrar, como fazem Tigre et al. (1999, apud BAUMANN, 1999) que apesar de em alguns setores, notadamente os que apresentam vantagens comparativas, a abertura passa a representar o fortalecimento de uma rede local de fornecedores, em outros, nos quais é menor a

dependência frente à disponibilidade de recursos naturais, a abertura vem representar a ruptura com fornecedores locais, implicando menor indução de P & D local.

A análise das importações vista a partir da agregação em termos de matérias-primas, bens de consumo, petróleo e derivados e bens de capital (Tabela 6), mostra o ganho de participação dos bens de produção no total de importações, passando de 62,8% em 1990, para 74,9% em 2000. Ressalta-se a mudança no padrão de comércio, com os bens de capital tornando-se dominantes nessa estrutura.

Tabela 6 – Brasil – Valor das importações segundo grupos de indústria, 1990-2000 (em US\$ milhões)

Grupos	1990		2000		Tx.Cresc. %
	Valor	%	Valor	%	
Matérias-primas	7.053	34,1	18.722	33,6	10,3
Bens de consumo	2.941	14,2	6.377	11,4	8
Petróleo e deriv.	4.735	22,9	7.645	13,7	4,9
Bens de capital	5.932	28,7	23.039	41,3	14,5

Fonte: BACEN

Nesse ponto, reside parte das preocupações relativas ao setor externo da indústria nacional, visto que ao longo de toda a década de 90, a balança comercial do setor de bens de capital apresenta-se deficitária. Esse fator é preocupante, como destaca o trabalho do IEDI (1998, p.12), pois “não é adequado que o Brasil se torne dependente da importação de bens de capital seja pela vulnerabilidade externa, seja pela importância de sua dimensão tecnológica”. Ainda nesse sentido:

A importação de bens de capital incide, segundo um estudo da FUNCEX, em equipamentos de tecnologia mais avançada como máquinas para processamento de dados e suas unidades, aparelhos elétricos para telefonia e telegrafia e aparelhos transmissores e receptores. Além disso, de acordo com o mesmo estudo, a integração econômica tem restringido a produção local de bens de capital mais elaborados, razão pela qual estaria ocorrendo a transferência de unidades produtivas referentes às etapas de montagem para países em desenvolvimento, ficando os países desenvolvidos com as etapas de criação, desenvolvimento e produção de componentes de maior valor agregado (SILVA, 2002, p.73).

Do ponto de vista das exportações, apesar de identificar-se o grande esforço exportador em cadeias não tradicionais, como eletroeletrônicos, automóveis, peças e outros veículos (observar que os setores intensivos em tecnologia crescem a uma taxa anual de 10% nos anos 90), os setores dominantes na estrutura de exportação ainda são os intensivos em recursos naturais, produtores de *commodities* industriais, de baixa concentração tecnológica (Tabela 7).

A participação destes setores no total de exportações reduz-se levemente de 36,5 para 34,2% entre 1990 e 2000. Dessa forma, no âmbito das exportações não se registram mudanças estruturais no padrão de comércio.

Tabela 7 – Brasil – Valor das exportações segundo grupos de intensidade de fatores – 1990-2000 (em US\$ milhões)

Grupos	1990		2000		Tx.Cresc.
	Valor	%	Valor	%	
Int. em Capital	6.470,90	21,8	8.573,70	16,7	2,85
Int. em Tecnologia	6.148,10	20,7	15.972,90	31,2	10
Int. em Mão-de-obra	3.061,00	10,3	4.553,10	8,9	4
Int. em Rec. Naturais	10.830,20	36,5	17.514,30	34,2	4,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da FUNCEX

Como aspecto positivo, Markwald (2001, p.15) enfatiza o *up-grading* ocorrido na pauta de exportações nacional. Isso pode ser verificado a partir do aumento de participação dos produtos manufaturados de alta e média-alta intensidade tecnológica (Tabela 8). O ganho de intensidade tecnológica das exportações estaria associado às exportações “dos setores eletroeletrônico e outros veículos (aviões), bem como de alguns segmentos do complexo químico”.

Tabela 8 – Brasil – Exportação de produtos industrializados segundo intensidade tecnológica – 1990-2000 (%)

Discriminação	1990	2000
Baixa e média-baixa intensidade	77,3	64,1
Alta e média-alta intensidade	22,7	35,9

Fonte: Markwald (2001)

A análise do perfil das exportações por fator agregado revela o crescimento da participação dos produtos manufaturados, que em 1990 respondiam por 54,1% do total das exportações brasileiras e em 2000 passam a responder por 59%, repetindo a tendência de crescimento das décadas de 70 e 80. Os produtos básicos e semimanufaturados, por sua vez, perdem participação na estrutura de exportação (Tabela 9). Em termos de taxa de crescimento, os produtos manufaturados crescem 6,7% a.a., os produtos semimanufaturados 5,2% e os produtos básicos 3,8%.

**Tabela 9 – Brasil – Valor das exportações por fator agregado
1990-2000 (em US\$ bilhões)**

Anos	Básicos		Semimanufaturados		Manufaturados	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1990	8,7	27,7	5,1	16,2	17	54,1
1991	8,7	27,5	4,7	14,9	17,8	56,3
1992	8,8	24,6	5,8	16,2	20,8	58,1
1993	9,4	24,4	5,4	14	23,4	60,6
1994	11,1	25,5	6,9	15,9	25	57,5
1995	11	23,7	9,1	19,6	25,6	55,1
1996	11,9	24,9	8,6	18	26,4	55,3
1997	14,5	27,4	8,5	16	29,2	55,1
1998	13	25,4	8,1	15,9	29,4	57,5
1999	11,8	24,6	7,8	16,3	27,3	56,9
2000	12,6	22,9	8,5	15,4	32,5	59

Fonte: SECEX/DEPLA

Para autores como Gonçalves (2001), apesar do ganho de participação dos manufaturados, a análise do desempenho das exportações pode indicar, ainda, uma reversão da tendência de longo prazo, que demonstrava claramente um desempenho favorável dos produtos manufaturados e semimanufaturados, relativamente aos produtos básicos da economia brasileira. Isso pode ser visto a partir da taxa anual de crescimento de longo prazo (1980-2000) das exportações de manufaturados e semimanufaturados, que tinha sido de 6,6% e 6,8%, enquanto a dos produtos básicos correspondera a 2%, confirmando o desempenho superior das duas primeiras categorias.

O desempenho das exportações deve ser visto, ainda, a partir da análise da inserção da economia brasileira no mercado internacional. Ou seja, é fundamental a investigação da competitividade internacional das exportações brasileiras, a mesma medida pela participação das exportações domésticas nas exportações mundiais.

A análise da tabela 10 mostra que o Brasil tem perdido competitividade internacional. No início da década, a participação das exportações brasileiras no comércio mundial correspondia a 0,93% , caindo para 0,88% em 2000.

Essa perda de competitividade ocorre num período em que aumenta significativamente o peso do Mercosul no comércio externo brasileiro, conforme evidencia a tabela 10 (subindo de três pontos de centésimo para 16 pontos em 1998). Isso indica que a consolidação do Mercosul amortece a queda da competitividade do Brasil¹⁴.

¹⁴ Gonçalves (2001) destaca que no ano de 1999 ocorre queda de importância relativa do Mercosul no comércio brasileiro, já como resultado da grave crise cambial que atinge os países-membro desse mercado.

Tabela 10 – Brasil - Participação nas exportações mundiais de bens, no comércio extra-Mercosul e no comércio Mercosul – 1990-1999 (%)

Ano	Participação bras. no comércio mundial	Participação bras. no comércio extra-Mercosul	Participação bras. no comércio Mercosul
1990	0,93	0,88	0,03
1991	0,9	0,84	0,06
1992	0,97	0,85	0,1
1993	1,04	0,89	0,14
1994	1,04	0,89	0,14
1995	0,92	0,8	0,12
1996	0,9	0,76	0,13
1997	0,97	0,8	0,16
1998	0,95	0,78	0,16
1999	0,86	0,75	0,11
2000	0,88	-	-

Fonte: SECEX/DEPLA e Erber (2001).

Dentro dessa tendência global, os produtos agrícolas demonstram ganho de competitividade internacional na última década, enquanto os produtos manufaturados não apresentam a mesma performance (Tabela 11).

Tabela 11 – Brasil - Participação nas exportações mundiais de manufaturados, produtos agrícolas e outros produtos – 1990-1998 (%)

Especificação	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Manufaturados	0,68	0,7	0,76	0,85	0,79	0,67	0,66	0,7	0,69
Prod.agrícolas	2,36	2,09	2,31	2,55	2,85	2,72	2,71	3,14	3,09
Outros	0,87	0,9	0,82	0,76	0,82	0,73	0,68	0,7	0,76

Fonte: Erber (2001).

É importante lembrar que durante a década de 70, o crescimento das exportações brasileiras de manufaturados estava condicionado pela própria característica do modelo de desenvolvimento implementado, associado, pois, à consolidação de grandes projetos de investimentos, consubstanciados no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Na década de 80, como observado, o quadro de restrições externas determinou a condução da política comercial, voltada para a geração

de excedentes comerciais. As exportações crescem significativamente na primeira metade da década, mas na segunda metade, observa-se uma desaceleração na taxa de crescimento das exportações de manufaturados.

Para Veiga (2000), ainda nos anos 80 inicia-se o processo de deterioração da competitividade das exportações brasileiras. Esse processo continua na década de 90, quando são eliminados, em larga escala, os subsídios e incentivos às exportações nacionais.

De acordo com Gonçalves (2001), a superioridade na performance dos produtos agrícolas (observada na tabela 11) pode caracterizar uma “reprimarização” da economia brasileira e a performance das exportações de manufaturados estaria associada fundamentalmente à significativa apreciação cambial ocorrida entre 1994 e 1998 e às baixas taxas de investimento, principalmente na segunda metade da década. Além disso, a perda de competitividade do Brasil no mercado mundial de manufaturados é determinada pela evolução desfavorável das quantidades exportadas, visto haver uma melhora dos preços relativos de manufaturados brasileiros em relação aos preços internacionais (entre 1990-98) de 9,7%.

Para diversos autores, a falta de dinamismo das exportações brasileiras, ou a perda de participação das mesmas no mercado internacional não tem como fator determinante o fato do país não exportar os produtos mais dinâmicos nesse mercado. Essa performance seria determinada, fundamentalmente, pelo “efeito competitividade”, ou seja, estaria em função do desempenho em termos de preço e qualidade dos produtos. Como enfatizam Fonseca & Velloso (1998, apud VEIGA, 2000, p.30), analisando a perda de participação das exportações nacionais no mercado da OCDE¹⁵:

O problema das exportações brasileiras de manufaturados não se deve à sua ausência nos mercados “dinâmicos”, mas sim à sua falta de competitividade frente às economias (...) A perda de participação brasileira no comércio internacional é consequência da falta de competitividade generalizada dos produtos brasileiros.

Ainda na perspectiva de identificar mudanças na inserção externa da indústria brasileira, procurando enfatizar, adicionalmente, a questão da competitividade nacional, é importante o exame de um indicador de competitividade. O indicador escolhido é a Taxa de Auto-Suprimento (TAS), dada pela relação entre o valor da produção e o consumo aparente. Essa é uma medida de competitividade-desempenho bastante utilizada, sendo superior a um, para economias consideradas competitivas e inferior à unidade, no caso contrário (KUPFER, 1998, p.103).

A análise da TAS para a indústria como um todo mostra que a mesma evolui sem alteração significativa até 1994, apresentando queda a partir daí, atingindo 0,99 no ano 2000, o que reflete a perda de competitividade da indústria brasileira nos anos 90¹⁶.

¹⁵ Martins e Moreira (apud VEIGA, 2000) e Moreira e Averbug (apud PINHEIRO; MOREIRA, 2000) chegam a conclusões semelhantes sobre o determinante da falta de dinamismo das exportações nacionais, associado claramente ao “efeito-competitividade”.

¹⁶ Para os dados completos sobre a evolução da TAS na década de 90 ver ALVES (2003).

Em nível setorial, comparando-se 1990 e 2000, a perda de competitividade é praticamente generalizada, a exceção dos setores de: peças e outros veículos, madeira e mobiliário, celulose, papel e gráfica, abate de animais, óleos vegetais e calçados, couros e peles (Tabela 12).

Tabela 12 – Brasil – Taxa de auto-suprimento segundo ramos industriais - 1990-2000

Período	1990	2000
Total da indústria	1,03	0,99
Minerais não metálicos	1,01	1,01
Siderurgia	1,21	1,14
Metalurgia dos não-ferrosos	1,2	1,18
Outros produtos metalúrgicos	1,03	0,99
Máquinas e tratores	0,95	0,85
Material elétrico	1	0,82
Equipamentos eletrônicos	0,94	0,42
Veículos automotores	1,08	1,06
Peças e outros veículos	1,07	1,1
Madeira e mobiliário	1,03	1,14
Celulose, papel e gráfica	1,06	1,08
Borracha	1,03	0,99
Elementos químicos	0,88	0,79
Refino de petróleo	1,01	0,92
Químico diversos	0,97	0,9
Têxteis	1,05	1
Calçados, couros e peles	1,41	-
Benef. De produtos vegetais	1,14	1,06
Abate de animais	1,04	1,27
Óleos vegetais	1,62	1,83
Outros produtos Alimentares	1	1
Indústrias diversas	0,95	0,86

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da FUNCEX

Observar que os setores com a maior TAS em 2000 são os setores de calçados, couros e peles, óleos vegetais, abate de animais, metalurgia dos não-ferrosos, siderurgia, madeira e mobiliário e peças e outros veículos. A exceção deste último, que como vimos é beneficiado pelos esquemas especiais de proteção, o país detém competitividade em importantes segmentos de bens intermediários (como Celulose, papel e gráfica e siderurgia), de grande escala de produção e em grande maioria, nos setores intensivos em recursos naturais e energia, que apresentam grau relativamente baixo de transformação industrial.

Verifica-se, ainda, a perda de competitividade em importantes setores geradores e difusores de progresso técnico, como máquinas e tratores, material elétrico, veículos automotores e, principalmente em equipamentos eletrônicos, cuja TAS cai de 0,94 em 1990 para 0,42 em 2000.

Desta forma, não se confirmam as expectativas de que o aumento da relação importação/produção seria traduzido no melhor desempenho das exportações, aumentando a eficiência competitiva, como lembra o IEDI (2000). Novamente expõe-se a chamada “fragilidade competitiva da indústria brasileira” (COUTINHO, 1998), que se mostra bastante dependente do mercado internacional de commodities, sugerindo um padrão menos dinâmico das exportações nacionais¹⁷.

Considerações finais

Os anos 90 vão determinar um ponto de inflexão na trajetória da história econômica do Brasil, a partir da ruptura com o elevado padrão de proteção da economia nacional, característico do modelo de desenvolvimento até então implementado.

O processo brasileiro de abertura rompe com parte das recomendações da literatura econômica e com as lições de experiências anteriores de liberalização, quando se leva em conta a seqüência das reformas. A recomendação de que a liberalização da conta de capitais só deveria ocorrer quando eliminadas as distorções comerciais, não é implementada no Brasil, passando a mesma a ocorrer paralelamente ao processo de abertura comercial. Esse processo não é acompanhado de uma desvalorização compensatória da taxa de câmbio e a experiência nacional fica próxima das experiências do Chile e Argentina, que foram marcadas pela forte entrada de capitais externos, levando ao processo de valorização cambial e desequilíbrios em transações correntes.

A estabilização macroeconômica, pré-requisito para a abertura comercial, ocorre do ponto de vista monetário, a partir da implementação da experiência de estabilização do Plano Real. Porém, os fundamentos do programa, baseados na valorização cambial e na elevação da taxa de juros, não permitem o esperado equilíbrio entre as variáveis macroeconômicas, sendo responsável por parte dos pontos de estrangulamento apresentados pela economia na década de 90.

Na maioria dos trabalhos que contempla a análise da abertura, observa-se a dificuldade de se chegar a um balanço conclusivo ou consensual do processo de abertura no Brasil. Além disso, “a experiência brasileira é bastante diversificada e difere das recomendações tradicionais encontradas nessa literatura, ao alterar a seqüência das reformas” (BAUMANN, 1999, p.6).

¹⁷ A esse respeito, ver ainda Cassiolato (2001), Resende (2000, p.49).

Porém, no que diz respeito à orientação externa, pode-se depreender que a maior exposição da economia brasileira à concorrência internacional forçou a indústria nacional a um processo de reestruturação. O balanço do setor externo revela mudança estrutural na composição das importações, a partir do peso dos setores intensivos em tecnologia, por um lado, e de bens de capital, por outro. A análise da estrutura de exportações não revela modificações estruturais, permanecendo os setores intensivos em recursos naturais como dominantes nessa estrutura, o que revela uma “fragilidade competitiva na indústria nacional”, que permanece extremamente dependente de bens baseados na agroindústria e em recursos naturais, de baixo valor agregado, com menor conteúdo tecnológico, mais dependente do mercado internacional de *commodities*.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Christiane Luci Bezerra. **Considerações sobre a abertura comercial e seus rebatimentos na indústria brasileira nos anos 90**. João Pessoa: PPGE/UFPB, 2003 (Dissertação de Mestrado).
- AVERBUG, André. Abertura e integração comercial brasileira na década de 90. In: Giambiagi, Fábio e Moreira; Maurício Mesquita (orgs). **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.
- AZEVEDO, André Filipe Z. de, PORTUGAL, Marcelo S. **Abertura comercial e política econômica no Plano Real**. Porto Alegre: UFRGS/ CPGE, 1999 (Texto para Discussão nº 11).
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim mensal**. Vários números.
- CASSIOLATO, José Eduardo. Que futuro para a indústria brasileira? In: MDIC/STI – IEL Nacional. **O futuro da indústria: oportunidades e desafios – a reflexão da Universidade**. Brasília: MDIC/STI – IEL Nacional, 2001.
- COUTINHO, Luciano. O desempenho da indústria sob o Real. In: Mercadante, Aloizio (org). **O Brasil pós-Real. A política econômica em debate**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.
- ERBER, Fábio Stefano. O padrão de desenvolvimento industrial e tecnológico e o futuro da indústria brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**. Vol 5. Ed. Especial. Rio de Janeiro: UFRJ. 2001.
- GONÇALVES, Reinaldo. Competitividade internacional e integração regional: a hipótese da inserção regressiva. **Revista de Economia Contemporânea**. vol 5.Ed. Especial. Rio de Janeiro: UFRJ. 2001.
- INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). **Trajatória recente da indústria brasileira**. Rio de Janeiro: IEDI, mar. 1998.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA): <[http //ipeadata.gov.br/](http://ipeadata.gov.br/)>
- LACERDA, Antônio Correia de. **O impacto da globalização na economia brasileira**. São Paulo: Contexto, 1999

- KUME, Honório. **A política de importação no Plano Real e a estrutura de proteção efetiva.** Rio de Janeiro: IPEA, 1996 (Texto para discussão n° 423).
- KUPFER, David. **Trajatórias de reestruturação da indústria brasileira após a abertura e a estabilização.** Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1998 (Tese de doutorado).
- MARKWALD, Ricardo. “O impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira”. In: XIII Fórum Nacional. Rio de Janeiro: INAE, 2001.
- PINHEIRO, Armando Castelar; ALMEIDA, Guilherme B. de. **Padrões setoriais da proteção na economia brasileira.** Rio de Janeiro: IPEA, 1994 (Texto para discussão n° 355).
- PINHEIRO, Armando Castelar; MOREIRA, Maurício Mesquita. O perfil dos exportadores brasileiros de manufaturados nos anos 90: quais implicações de política? In: VEIGA, Pedro da Motta (org). **O Brasil e os desafios da globalização.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- RESENDE, Antônio Vieira. **A política industrial do Plano Real.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000 (Texto para discussão n 130).
- SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do após-guerra. **Revista de Economia Política**, vol.2, nº2. 1982.
- SILVA, Rosângela Palhano da. **O movimento cíclico da economia brasileira e a indústria de bens de capital: 1980-2000.** João Pessoa: PPGE/UFPB, 2003 (Dissertação de Mestrado).
- VEIGA, Pedro da Motta. As transformações na indústria e o desempenho das exportações brasileiras nos anos 90. In: VEIGA, Pedro da Motta (org). **O Brasil e os desafios da globalização.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.